

ÍNDICE

Capítulo I. Introdução e delimitação do tema	21
1. Introdução	21
2. Delimitação do tema	22
2.1. O <i>crowdfunding</i>	23
2.2. Modalidades de <i>crowdfunding</i>	25
2.3. Vantagens e riscos do <i>crowdfunding</i>	26
2.4. Regulação do <i>crowdfunding</i>	27
2.5. Plano de estudo.	28
Capítulo II. Direito comparado	29
1. Os Estados Unidos da América	29
2. A orientação europeia	32
2.1. O caso alemão	37
2.2. O pioneirismo italiano.	40
2.3. A “exceção” espanhola	43
Capítulo III. O regime português	47
1. O regime anterior ao RJFC.	47
2. O Regime Jurídico do Financiamento Colaborativo	53
2.1. O conceito de financiamento colaborativo	54
2.2. Modalidades de financiamento colaborativo	55
2.3. Financiamento colaborativo de natureza social.	57

2.3.1. Financiamento colaborativo através de donativo	57
2.3.2. Financiamento colaborativo através de recompensa.	58
2.4. Financiamento colaborativo de investimento. . .	59
2.4.1. Financiamento colaborativo de capital	60
2.4.2. Financiamento colaborativo por empréstimo	61
2.5. Modalidades de financiamento colaborativo mistas	62
3. Os sujeitos da relação de financiamento colaborativo	63
3.1. Plataformas de financiamento	63
3.2. Titulares de plataformas de financiamento colaborativo	64
3.3. Beneficiários.	67
3.4. Apoiantes e Investidores	69
3.5. A supervisão e a regulação	70
4. A atividade de intermediação de financiamento colaborativo de investimento	73
4.1. Deveres dos intermediários de financiamento colaborativo	75
4.2. Incumprimento dos deveres dos intermediários de financiamento colaborativo.	78
5. As ofertas de financiamento colaborativo de investimento	79
5.1. Limites de angariação	81
5.2. IFIFC	83
5.3. Subscrição das ofertas	84
5.4. Alterabilidade das condições da oferta: <i>all-or-nothing</i> e <i>keep-it-all</i>	85
5.5. OFC de capital na modalidade de participações sociais	87

5.6. OFC de capital na modalidade de partilha de lucros ou dividendos	89
5.7. OFC por empréstimo na modalidade de mútuo.	92
5.8. OFC por empréstimo na modalidade de obrigações.	94
6. Os mecanismos de tutela no financiamento colaborativo de investimento	96
Considerações finais	105
Legislação Básica	109
Regime jurídico do financiamento colaborativo	
Lei n.º 102/2015, de 24 de agosto	109
Regulamento da CMVM n.º 1/2016	
Financiamento Colaborativo de capital ou por empréstimo.	126
Lei n.º 3/2018, de 9 de fevereiro	
Regime sancionatório aplicável ao desenvolvimento da atividade de financiamento colaborativo	159
Bibliografia.	173